

Alceu se comprometem a participar da visita e trazer as informações e demandas para criação de um grupo de trabalho para tratar da questão. O promotor avisa que a data ainda não está confirmada, e sugere que o CDCA realize a visita independente da presença do MP. O MP irá confirmar a agenda da Dra. Luisa, e a secretaria executiva divulgará a data para os conselheiros que puderem comparecer. V. Deliberação virtual - informe: A Presidente informa que a minuta da resolução para viabilizar o modelo de deliberação virtual será encaminhada a todos os conselheiros para deliberação. A proposta será em caráter experimental, no formato de um grupo de e-mail, e participará do grupo também um membro do MP e um membro do comitê consultivo de adolescentes. VI. Relatoria de processos - registro: O conselheiro Lauro relata o processo de renovação de registro do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC (0417-00024366/2018-00). Segundo o conselheiro, o trabalho da entidade é muito importante e de qualidade, e a estrutura física é adequada. O conselheiro dá parecer favorável à renovação do registro. O pleno delibera pela renovação do registro. Em relação à distribuição de processos para relatoria, a coordenadora Andreia explica que ainda não estão prontos para distribuição, portanto a demanda ficará para a Plenária Extraordinária do dia 01/04.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA
Presidente do CDCA/DF

ATA DA 293ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezenove, no auditório da Secretaria de Estado de Justiça do DF, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 293ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a Presidência da Sra. Adriana Barbosa Rocha Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontie Alves Batista Filho como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS; Cláudia Ferreira de Maya Viana como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDEST; Daniela Gomes do Nascimento como representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; Sâmea Larisse Andrade como representante da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal - SECUL; Paulo Dubois Sobrinho como representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal - SEE; Daisy Rotavio Jansen Watanabe aguardando publicação do DODF representando Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal - SEE; Fabiano Carvalho dos Santos como representante da Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal - SEJUV; Adriana Barbosa Rocha Faria e Cleidison Figueiredo dos Santos como representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS; Ana Paula Soares Marra como representante da Governadoria; Nathalia Teixeira como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP; Júlio Cesar Lima como representante da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPOG; Grazielle S. Marinho como representante da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal - SEM; João Pedro Ferraz dos Passos representante da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal; Representantes da Sociedade Civil presentes: Cláudia Guimarães Leite como representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemeopatas - ABRACE; Max Maciel Cavalcanti substituído por Caio Valente aguardando publicação do Diário Oficial do Distrito Federal representando Rede Urbana de Ações Socioculturais Ruas; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspeção São João Bosco - CESAM/DF; Cláudio Coelho de Oliveira como representante do Instituto Cláudio Coelho de TAE Kwondo/ Ong Fazer Valor; Márcia dos Santos Barbosa como representante da Visão Social; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Batucac; Coracy Coelho Chavante como representante Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF; Milda Lourdes Pala Moraes como representante do Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA; Lauro Moreira Saldanha da Silva como representante do Centro Comunitário da Criança - CCC; Juventino Luciano Mondadori de Oliveira como representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do Distrito Federal; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello como representante do Aldeias Infantis do Brasil; Ausentes: Mônica Fernandes de Souza Faria representante da Associação Cristã de Moços de Brasília; Francisco Rodrigues Correa como representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal - SINTIBREF/DF; Joaquim Pedro Levino da Silva como representante das Obras Sociais Centro Espírita Irmão Aureo; Ivana Ribeiro Novaes como representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES; Patrícia Andrade da Silva como representante da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR; Demais Participantes: Leslie Marques de Carvalho como promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; Normando Feitoso como chefe de gabinete representante da Secretaria de Desenvolvimento Social; Valdir Moraes representando o Conselho Tutelar do Guarã; Item 1 - Abertura: A Presidente do CDCA/DF abre os trabalhos da 293ª reunião Plenária Ordinária; Item 2 - Informes e deliberações da Presidência. I. Redesignação da avaliação das Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias 292ª e Extraordinária 59ª; II. É sugerido a oportunidade de fala do Conselheiro Tutelar Valdir Moraes sobre a Resolução 87: As Conselheiras Milda representante do CECRIA e Ana Paula representante do Gabinete do Governador não estão de acordo com a oportunidade já que essa medida abre precedente; o Conselheiro Tutelar Valdir agradece a oportunidade de fala e traz à discussão a questão da eleição dos Conselheiros Tutelares do SIA, relata que acredita na possibilidade da região não apresentar uma quantidade suficiente de candidatos eleitos para ocupar todos os cargos do Conselho Tutelar local, sendo assim, cabendo remanejamento daqueles que foram eleitos pelo Guarã. O Conselheiro Tutelar Valdir embasa seus argumentos no artigo 105 (cento e cinco) do CONANDA; a presidente Adriana sugere encaminhamento para a Comissão de Legislação para que as normas e alegações feitas pelo conselheiro sejam apreciadas, e caso observe necessidade, sejam encaminhadas à AJL. Encaminhamentos: encaminhar demanda apresentada pelo Conselheiro Tutelar Vandir Moraes à Comissão de Legislação para que seja apreciada e deliberada. III. Proposta para executar as ações da Secretaria Executiva: o Secretário Executivo Rokmgilhe apresenta as propostas para executar as ações da Secretaria Executiva onde visa uma maior informatização e otimização das Diretorias e da Secretaria em si; o conselheiro Luciano demonstra preocupação no que se tange a informatização de determinados assuntos, tendo em visto que uma boa parte das instituições não tem acesso à internet. IV. Esclarecimento sobre parceria do CDCA com a Defensoria: a presidente Adriana esclarece que o projeto foi aprovado em 1/2018 juntamente a Defensoria Pública e acontecerão carretas cidadãs onde a mesma irá prestar atendimento jurídico. V. Inversão do ponto de pauta do item 06 para o item 01: aprovado por unanimidade. VI. Retomada da Comissão de Acompanhamento do SIPIA. Item 3 - Resolução CAS/CDCA - UNAC: a conselheira Patrícia faz um breve resumo sobre o que têm acontecido nas Unidades de Acolhimento da Criança e do Adolescente, enfatizando a Unidade de Atendimento a Criança e ao Adolescente - UNAC três, a fim de contextualizar os conselheiros e enfatizar a importância da leitura da resolução para ser entendida. A conselheira explica o que foi colocado e realiza a leitura da Resolução, pontua que não são pontos polêmicos, mas sim reflexivos, ademais expõe que o Conselho tem como atribuição a de determinar, portanto, não podendo se omitir. Por fim a conselheira credibiliza a fala do conselheiro Alceu, e ressalta a importância do Secretário, sugere assim que a publicação da Resolução seja adiada até a reunião plenária subsequente a ser realizada no dia 14 de maio, assim a Secretaria de Desenvolvimento teria tempo hábil para elaborar e assim apresentar um Plano de Ação, o qual ficaria estabelecido 45 dias para que sejam visualizados avanços de metas, e caso contrário, a Resolução seria publicada; a Presidente Adriana propõe não entrar no mérito da resolução enquanto a leitura da mesma seja realizada, e após a realização que seja aberta a oportunidade de fala para subsecretário Normando e a conselheira Cláudia da SEDES; o conselheiro Coracy concorda em entrar no mérito da resolução. Ressalta a importância da presença do Normando e pontua que o Conselho tem o papel deliberativo, explicando que a sociedade civil está extremamente preocupada com a condução do Governo em relação à Política Social, e destaca a urgência nas nomeações de servidores das gerências das unidades, além da melhoria nas estruturas das

unidades; a conselheira Daisy sugere que seria interessante escutar as oitavas, concorda com as falas e reintera a preocupação da leitura prévia já que são assuntos que o Conselho tem obrigação de chegar já com o conhecimento. Acha a presença do Normando benéfica, e preocupa-se em estarem relevando lá atrás o que se diz a respeito ao Governo; a conselheira Milda assinala que todos precisam entender fluxos, em seguida destaca o prazer em rever Normando e salienta a fala do Coracy, onde o Conselho tem papel deliberativo, e que determinar pode ser relativo. Também explana a insatisfação com o Governo e sua forma de agir em relação ao Conselho, e finaliza pedindo respeito ao Conselho em sua plenitude; a conselheira Claudia começa a fala trazendo que de ponto de vista da Secretaria a Resolução não seria o instrumento adequado para lidar com essa realidade, mas explana que tem plena concordância sobre o conteúdo da resolução. Relata que acredita que a Resolução seria adequada se já tivéssemos um ou dois anos de governo, ou se não tivéssemos sido identificadas a realidade, ou até mesmo não tivéssemos tomado providências. Pede apoio do CDCA, um voto de confiança. A conselheira relata: que a Casa de Passagem foi aprovada sem passar por uma análise, mas que rapidamente foi preparado o relatório, e que a Subsecretaria de Administração Geral deu início a esse processo; que estão também trabalhando na criação de uma comissão para trabalhar com o público específico, capacitando profissionais; que as nomeações já foram encaminhadas e os servidores da ponta (que estão atuando como gerentes) estão sendo remunerados. A conselheira relata que em relação as escalas o Conselho tem conhecimento que não é um problema novo, mas que está sendo criado um grupo de trabalho para regular tal questão. Sobre a gestão compartilhada, esclarece que não existe um veto, mas sim um edital a qual a secretaria tem interesse de abrir, acredita que seria benéfico estabelecer uma relação de parceria, de complementaridade para um maior avanço; o subsecretário Normando agradece a oportunidade de fala e exalta a importância do Conselho. Começa sua fala pontuando que foi identificado em três meses problemas que persistem a anos, e até mesmo décadas, porém a nova gestão já estaria lidando com toda a seriedade para serem solucionados, e que estão aguardando o prazo que o Governador teria estipulado. O subsecretário explica que assim que tomaram conhecimento sobre a situação da Resolução, procuraram entender como se tinha chegado a determinado ponto, assinala que a nova gestão já tomou providências, e faz uma solicitação ao CDCA para que analise a real necessidade da aprovação da Resolução, já que é um documento que impõe o que a Secretaria tem que fazer. Frisa que já existe a intenção da gestão de solucionar, por isso pede reflexão do conselho para a aprovação da Resolução. Em seguida, traz a informação de que dia 14 de maio o Secretário estaria disponível para uma Reunião Plenária a fim de apresentar um Plano de Ação. Sobre os pontos da importância, necessidade e legitimidade das Resoluções, o subsecretário pontua que infelizmente toda a situação passa uma impressão de que o problema é todo deles, o que não é uma realidade, diz que o Governo tem procurado solucionar os problemas que foram apontados. O subsecretário diz que a Secretaria não tem medo da Resolução, e admira a nova gestão da Secretaria por reconhecer a importância do Conselho, e o impacto que uma Resolução tem, pontua a seriedade que é dada, e diz que sabem que força o cumprimento. O subsecretário sugere uma discussão da utilização do Fundo juntamente ao Conselho, e volta a salientar que o processo de locação da casa de passagem já foi dado início. Também relata que veem com bons olhos a participação da sociedade civil. Solicita um voto de confiança e que o Secretário possa comparecer antes da Resolução ser aprovada. Sugere que a conselheira Claudia faça parte da comissão como secretaria; o conselheiro Alceu fica feliz com a presença do Normando e a iniciativa. Relata que foi constatado o descaso com a Unidade e fica preocupado, porquê lá virão o tamanho da urgência, finaliza questionando qual medida o Governo está adotando; a conselheira Ana Paula sabe dos desafios existentes e o que o motivou o Ibanês, relata que a mesma dificuldade encontrada dos conselheiros de se reunirem, que imaginem de uma forma macro. Também responde a questão colocada de que o Governo não coloca como prioridade política sociais, mas ressalta a importância de pensar na política como um todo. Sugere que a o foco da Resolução deveria ser o problema, colocando compromisso com prazos; o conselheiro Paulo sente-se representado pela fala do Alceu e da Milda, relata que esteve presente neste Conselho no último governo e acredita que têm que fazer cumprir o papel de Conselho e de Conselheiros. Pontua que sobre o governo ter poucos dias, a legislação está presente desde sempre, se um planejamento tivesse sido feito anteriormente, poderiam ter diminuído algumas dificuldades, e pontua que é importante a aprovação da Resolução; o conselheiro Caio afirma que com vontade, as coisas são feitas, assim como foi no ano anterior já que a execução do fundo saiu da lista de não executadas. Ao continuar sua fala, traz que presença do problema é incontestável, mas acredita que existam dificuldade para a solução, principalmente envolvendo quem está na ponta. Relata que sente falta de uma fala sobre os envolvidos no Relatório. Questiona quais são os encaminhamentos que estão sendo dados sobre projetos de prevenção e fluxo de atendimento. Explana que acontecem duas situações com algumas entidades e projetos que estão para dentro das unidades de acolhimento: certa demora para deliberação, ou até mesmo sentem como se as "portas não tivessem abertas"; o conselheiro Júlio ressalta a fala do Normando onde traz que o Secretário estaria presente para falar sobre o Relatório numa próxima plenária, portanto, acredita que o ideal seria esperar a fala do Secretário, e caso falte alguma coisa, a Resolução seria publicada. Acredita também que duas semanas é um prazo fantástico para aguardar a presença do Secretário; o conselheiro Jairo assinala que o Conselho tem que ter clareza do seu papel, e os conselheiros enquanto Conselho, que este espaço é de controle social de política do Governo. O conselheiro enfatiza que a área social não é prioridade nesse governo exemplificando o decreto, de âmbito federal, que extinguiu alguns Conselhos, e o fato do Governo do Distrito Federal não estar nomeando, o que acredita ser um tipo de extinção. Sugere que até o dia 14 o CAS esteja funcionando, e após isso poderiam deliberar sobre a Resolução conjunta; o conselheiro Fabiano pede reflexão sobre aprovação de uma Resolução onde já existem medidas sendo tomadas para a resolução dos problemas, acredita que seria interessante a determinação de prazos, mas gostaria de escutar o Secretário primeiramente. Ele entende que existe pressa e medo, mas o prazo de duas semanas poderia ser utilizado pela Secretaria para que se coordene, e assim a manifestação do Conselho seria mais conclusiva; o conselheiro Luciano esclarece que foi eleita a Sociedade Civil, e se caso existisse a exoneração das pessoas em cargos comissionais, problemas iriam surgir nas políticas públicas. Sugere o comprometimento enquanto Conselheiros de Direito para publicarem de fato a Resolução caso dia 14 não seja cumprido o Plano de Ação; a promotora de justiça Leslie cumprimenta os conselheiros e conselheiras, e começa sua fala reconhecendo que cada instância tem o seu papel a esse grave problema, implicando assim a todas essas instituições. É com muita tranquilidade que enxerga o interesse convergente de todas as instituições em relação a superação desse grave problema, que é uma herança, e precisa ser encarada no aspecto institucional. Coloca que a visão das institucionalidade não pode ser perdida sob pena de se comprometerem diante do regime democrático que está representando esse Conselho. O Conselho precisa estar sim para o executivo, mesmo que sejam convergentes as opiniões, mas não pode se omitir em dizer diante disso que pode acontecer uma morte hoje, amanhã ou daqui a 15 (quinze) dias. Pontua que a única prioridade absoluta é a criança e o adolescente. Informa sobre a Audiência Pública a acontecer no dia 23 de maio pela manhã, para tratar exclusivamente essa situação e definir as suas atuações. Estabelecer uma relação de parceria, mas sem comprometer a autonomia do executivo relativa, e do Conselho a ampliada, na deliberação que o executivo estará vinculado a cumprir a toda essa política da criança e do adolescente. Encaminhamentos: o Pleno decide aguardar até o dia 14 de maio a presença do Secretário de Desenvolvimento do Estado para uma apresentação dos encaminhamentos, prazos e apresentação do Plano de Ação. Delibera a partir disso no que diz respeito à Resolução, inclusive sobre adaptação; O CDCA oficie o Ministério Público sobre essa deliberação, anexando ao ofício o Relatório. Item 4 - Mobilização do dia 18 de Maio: a presidente Adriana apresenta Tatiana, servidora da subsecretaria da criança, agradece sua presença e explica que a mesma irá fazer um breve informe do que sendo executado; a conselheira Milda pontua que o CDCA tem sido protagonista nessas mobilizações; a servidora Tatiana explana que sobre a pauta Comitê Nacional, a comissão já fez uma conversa com o governo federal junto com o comitê nacional, e que ficou esclarecido que até então eles não nada pronto para campanha, mas que a Secretaria estaria se organizando para fazer campanhas. O centro

18 de maio, juntamente ao Conselho Tutelar e a Secretaria da Criança estariam a montar um cronograma de ações que começam no dia 03 de maio (Blitz Educativa), onde constariam apresentação teatral, apresentação para adultos e orquestra. No dia 14 de maio será realizada palestra para os Conselheiros Tutelares sobre violência sexual. No dia 15 de maio palestra sobre Violência Sexual na Escola Classe Bela Vista (São Sebastião), o Conselho Tutelar da cidade que está coordenando. No dia 17 de maio, no Centro Integrado e Conselho ocorrerá uma caminhada. No dia 18 de maio estão articulando uma ação no Parque da Cidade, e Seminário juntamente a Defensoria Pública. Item 5 - Status dos projetos da Sociedade Civil e cronograma de análise e liberação de recursos: a presidente Adriana relata que é uma longa análise da lista, e que os projetos desse edital foram recebidos até janeiro. O conselho está em funcionamento pleno a apenas 2 meses, e já foram analisados 20 projetos pela Comissão de Seleção, também reconhece que é um trabalho extremamente manual e por isso estão procurando informatizar. A conselheira também pontua a qualidade dos projetos que muitas vezes deixa a desejar, redobrando, assim, o trabalho da Diretoria de Projetos e Comissão, sugere até mesmo uma possibilidade de capacitação para as instituições; o conselheiro Coracy questiona quais são os padrões que possam considerar um trâmite satisfatório, acredita que deve ser feita uma análise sobre a tramitação desses projetos. Reconhece que a equipe disponível tem feito todo o esforço possível e impossível para dar cabo das coisas que estão lá represada, porém a estrutura não é suficiente no dia de hoje, acredita que pode ser um objeto de Resolução. Sente uma diferenciação de tratamento dos projetos governamentais em relação aos projetos sociais, onde não tem igualdade e isonomia nos tratamentos dos projetos. Exalta a apresentação do Secretário Executivo, já que assim teriam uma facilidade no monitoramento dos processos. Questiona como que pode ser construído um processo perene, transparente, igualitário e de fluidez desses que tramitam no fundo. O conselheiro, por fim, após fazer uma análise das falas do Secretário de Educação, a Secretaria de Assistência, e Secretaria de Justiça, sugere uma reunião do Conselho com o Governador, levando um conjunto de questões ligadas a pauta de educação, assistência social, saúde, criança e adolescente. Esclarece que é necessário a sociedade civil fazer papel do contraditório em relação ao Governo. A conselheira Milda explica como o Conselho vem sendo cobrado pela Sociedade Civil, onde só um projeto foi encaminhado dentre vários, e diz que precisa ter uma projeção da análise e acompanhamento desses projetos. Sugere que é necessário encontrar caminhos, sendo assim, propõe que um grupo se sente para formular alternativas para solução do problema; a presidente Adriana pontua que o encaminhamento dentro da Secretaria Executiva é feito de forma igualitária, e da palavra para a servidora da Secretaria Executiva, Denise; a servidora Denise explica o fluxo e a forma de análise dos projetos, demonstrando as dificuldades presentes em toda apreciação, e como a baixa de servidores dificulta a celeridade do processo; o conselheiro Jairo sugere uma Resolução cobrando contratação de pessoas, e uma resolução do Conselho pedindo providências para preenchimento de cargos, entende que a questão de pessoal é real e que encaminhamento devem ser pensados para solucionar-la. Exibe também a responsabilidade do governo e dos conselhos em cima dos projetos inscritos, propõe uma conversa com as instituições sobre melhoramento dos projetos. Por fim, questiona a possibilidade de uma reunião do Conselho com o Governador; a conselheira Ana Paula explica a tamanha dificuldade de uma reunião com o Governador, mas se prontifica como Assessora para levar qualquer demanda entregue; a conselheira Patrícia questiona o porquê não compor uma comissão com essas instâncias, e também, se é possível a Secretaria realizar uma nomeação temporária até fazer um concurso de remanejamento; a presidente Adriana pontua a necessidade de fazer um encaminhamento para a Secretaria Executiva poder tomar as providências necessárias, propõe a realização de tentativas juntamente ao conselheiro Demontie para um possível remanejamento, e assinala que o Conselho pode realizar um encaminhamento formal em relação aos cargos, que pode até mesmo ser encaminhado ao Gabinete do Governador, porém se preocupa com a postura do Conselho para respaldar suas preocupação, e enxerga uma inadequação de levar miudezas para o Governador solucionar. Acredita que seria mais viável preparar uma pauta mais densa a ser encaminhada ao Governador, mas está contrária ao encaminhamento ao mesmo, e sugere colocar como ponto de pauta "Reunião com o Governador"; o conselheiro Caio assinala a grande dificuldade que é o capital humano, mas também ressalta o receio que sente dos parceiros não estarem dando legitimidade, logo não trazendo ajuda e investimentos necessários; o conselheiro Cleidison afirma sobre o comprometimento existente nas reuniões do CAF para dar andamento nos projetos, e que não existe preferência em análise, que a Comissão tenta ser o mais transparente nas reuniões onde os conselheiros podem participar das mesmas; a presidente Adriana da oportunidade para a servidora Luisa da Unidade de Gestão do Fundo; a servidora Luisa agradece a oportunidade de fala, e faz uma apresentação do funcionamento detalhado do fundo, explicando como é a dinâmica de captação e o repasse do lucro, demonstra estatisticamente como houve uma melhora nesses repasses, mas ainda assim apresenta as dificuldades, tanto por parte dos projetos, quanto por parte da análise, já que essa é feita detalhadamente, dificultando um pouco a celeridade. A servidora Luisa se disponibiliza a tirar dúvidas e até mesmo receber visitas daqueles conselheiros que tiverem interesse de ver o funcionamento do fundo e entende-lo; a conselheira Veruska propõe solução de celeridade nos projetos; a conselheira Cláudia Maya assinala a grande responsabilidade que todos têm em relação a manutenção do fundo, como não tem conhecimento de fluxo, propõe aproveitar uma consultoria para maiores esclarecimentos, também se coloca à disposição de realizar mutirões para dar celeridade na apreciação dos Projetos. Encaminhamentos: criar uma comissão das secretarias para tentar solucionar o déficit de pessoas na Secretaria Executiva. Item 6 - Disponibilidade orçamentária e propriedade do Comitê Consultivo: o conselheiro Paulo relata a preocupação com a execução das Conferências, e as presenças dos Adolescentes, questiona se é possível a contratação de empresa, e por fim sugere uma adesão de uma ata voltada às Conferências e o Comitê Consultivo; a conselheira Patrícia questiona qual é o prazo para aderir uma ata; o Secretário Executivo responde a conselheira Patrícia que até o dia 03 de maio seria possível. Item 7 - PLC do Deputado Delmasso que altera a Lei do Fundo do CDCA: a conselheira Milda traz o PLC 77/2016 que faz a alteração da Lei do Fundo do CDCA e propõe o contato com a assessoria do deputado que desarmou o projeto para oficializar os esclarecimentos. Ressalta também que é importante destacar que o Conselho deve ser ouvido nos temas relacionados ao fundo. Encaminhamento: encaminhar para a Comissão de Legislação. Item 8 - Processo de Escolha dos membros dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal: a presidente Adriana expõe a necessidade da Comissão Especial ter liberdade para deliberar, independente do Plenário, algumas questões relacionadas a Comunicação no que diz respeito o processo de Escolha. Encaminhamento: aprovado por unanimidade. Item 9. Relatoria de Processos de Registro - I. Processo de Relatos. O conselheiro Coracy (Coletivo da Cidade) relata o processo nº 00417-00044771/2018-36 da Rede Solidária Juntos Faremos Mais (Concessão) DEFERIDO. A conselheira Milda (CECRIA) relata o processo nº 00417-00005631/2017-61 da Associação Esporte e Vida (Concessão) DEFERIDO; II. Processos não relatados: processo nº 0417-00005867/2017-06 - Congresso das Missionárias da Caridade (Concessão); processo nº 00417-00017115/2018-61 - Instituto Leonardo Murialdo (Renovação); processo nº 00417.00017283/2018-56- Organização Nova Acrópole (Renovação); 0417-00037877/2018-83 - Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes Populares - IECAP (Renovação); 0417-00031964/2018-27 - Obras Assistenciais Padre Natale Battezzati (Renovação); 0417-00007708/2017-38 - Grupo de Resgate Ambiental (Concessão); 0417-00033884/2018-14 - Instituto Batucar (Renovação); 00417-00024472/2018-85 - Associação Sociocultural São Luis do Itapoã (Renovação) III. Processos distribuídos: processo nº 00417-00029652/2018-53- Hotelzinho São Vicente de Paulo de Planaltina (Concessão) para o conselheiro representante da Obras Sociais Centro Espírita Irmão Aureo; 0417-00038812/2018-55 - Associação Cultural Namastê (Concessão) para o conselheiro representante da Ong Fazer Valor; 0417-00035516/2018-01 - Coletivo da Cidade (Renovação) para o conselheiro representante da instituição Ruas; 0417-00006027/2017-52 - Instituto de Bombeiros de Responsabilidade Social - IBRES (Concessão) para o conselheiro da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP; 00417.00022003/2018-21 - Comunidade Evangélica de Assistência Social (Concessão) para o conselheiro da Secretaria da Criança; 00417.00006046/2017-89 - Creche São Vicente de Paulo - SSVF (Concessão) para o conselheiro da Secretaria de Juventude;

0417-000791/2017 - Grupo Espírita Guillon Ribeiro (Concessão) para o conselheiro da instituição Visão Social; 00417-00023727/2018-92 - Instituto Nair Valadares - INAV (Renovação) para o conselheiro do CECRIA; 0417-00038812/2018-55 - Associação Cultural Namastê (Concessão) para o conselheiro da Ong Fazer Valor. Item 10 - Encaminhamentos: encaminhar demanda apresentada pelo Conselheiro Tutelar Vandir Moraes à Comissão de Legislação para que seja apreciada e deliberada. O Pleno decide aguardar até o dia 14 de maio a presença do Secretário de Desenvolvimento do Estado para uma apresentação dos encaminhamentos, prazos e apresentação do Plano de Ação. Delibera a partir disso no que diz respeito à Resolução, inclusive sobre adaptação. O CDCA/DF officie ao Ministério Público sobre essa deliberação, anexando ao ofício o Relatório. Criar uma comissão das secretarias para tentar solucionar o déficit de pessoas na Secretaria Executiva. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às treze horas e trinta minutos, a presente ata foi lavrada por Amanda Leite Ferreira - Diretoria de Normas e Comissões do Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente - CDCA/DF que vai assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA
Presidente do CDCA/DF

ATA DA 295ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, no auditório da Secretaria de Estado de Justiça do DF, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 295ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a Presidência da Sra. Adriana Barbosa Rocha de Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontie Alves Batista Filho como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS; Cláudia Ferreira de Maya Viana como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDEST; Sônia Marlene Lemes Prado como representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; Ivana Ribeiro Novais como representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; Paulo Dubois Sobrinho como representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal - SEE; Daisy Rotavio Jansen Watanabe aguardando publicação do DODF representando Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal - SEE; Fabiano Carvalho dos Santos como representante da Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal - SEJUV; Adriana Barbosa Rocha Faria e Cleidison Figueiredo dos Santos como representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS; Ana Paula Soares Marra e Grazielle Nogueira como representantes da Governadoria; Nathalia Teixeira como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP; Júlia Mitiko Sakamoto como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP; Júlio Cesar Lima como representante da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPOG; Grazielle S. Marinho como representante da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal - SEM; João Pedro Ferraz dos Passos representante da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal; Representantes da Sociedade Civil presentes: Cláudia Guimarães Leite como representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemoopatias - ABRACE; Max Maciel Cavalcanti substituído por Caio Valente aguardando publicação do Diário Oficial do Distrito Federal representando Rede Urbana de Ações Socioculturais Ruas; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspetoria São João Bosco - CESAM/DF; Cláudio Coelho de Oliveira como representante do Instituto Cláudio Coelho de TAE Kwondo/ Ong Fazer Valor; Delma Dias Gomes Pereira e Márcia dos Santos Barbosa como representantes da Visão Social; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Batucar; Coracy Coelho Chavante como representante Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF; Milda Lourdes Pala Moraes como representante do Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA; Lauro Moreira Saldanha da Silva como representante do Centro Comunitário da Criança - CCC; Juventino Luciano Mondadori de Oliveira como representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do Distrito Federal; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello como representante do Aldeias Infantis do Brasil; Ausentes: João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Associação Cristã de Moços de Brasília; Francisco Rodrigues Correa como representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal - SINTIBREF/DF; Joaquim Pedro Levino da Silva como representante das Obras Sociais Centro Espírita Irmão Aureo; Ivana Ribeiro Novais como representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES; Patrícia Andrade da Silva como representante da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR; Demais Participantes: Romualdo Covre representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ana Paula de Oliveira do Conselho Tutelar da Fercal; Maronita R. de Sousa do Conselho Tutelar da Fercal; Abel Gramalho do Conselho Tutelar da Samambaia II; Cláudia Regina Carvalho do Conselho Tutelar da Samambaia Norte; Antonio C. dos S. Ramos; Wandir O. Moraes do Conselho Tutelar da Guarã; Andréia A. o Conselho Tutelar da Ceilândia; Marlene A. O. Santos do Conselho Tutelar da Ceilândia; Luis Villas do Conselho Tutelar do SIA; Adriana D. o Conselho Tutelar do SIA; Neliton Portugues do Conselho Tutelar do Riacho Fundo I; Gustavo Carmagos do ACT/DF; Neiva Barreto da SEJUS; Cleide do Por do Conselho Tutelar do Park Way; Walfali Bill do Conselho Tutelar do Riacho Fundo II; Daniela Oliveira do Conselho Tutelar do Riacho Fundo II; Kell Cristina Dias do Conselho Tutelar do Lago Norte; Fernando Moura do Conselho Tutelar de Sobradinho. Item 1- Abertura: A Presidente do CDCA/DF abre os trabalhos da 295ª reunião Plenária Ordinária; A Presidente sugere a inversão de Pauta visando a relevância do item 6 e em razão da presença dos Conselheiros Tutelares. Fica aprovada a inversão de Pauta. Item 2 - Informes da Comissão Especial do Processo de Escolha: a Presidente Adriana oportuniza a fala ao conselheiro Cleidison para informes acerca da Comissão Especial do Processo de Escolha; o conselheiro Cleidison, Coordenador da Comissão, inicia sua fala enfatizando a intensa demanda de atividades que a Comissão Especial do Processo de Escolha tem recebido, relembra que o último edital foi aprovado na plenária e com a delegação da aprovação dos demais editais para a Comissão (ad referendum). Expõe sua satisfação com a procura do processo seletivo, tendo em vista a quantidade de inscritos que totalizou 14.800 a primeiro momento, julga uma boa aceitação na sociedade, com uma boa mídia espontânea e governamental. Relembra que pela primeira vez tem a presença da empresa CEBRASPE no processo de escolha, que tem uma enorme credibilidade no Brasil, vê como uma presença extremamente positiva no processo de escolha; relata também, que as assinaturas do convênio juntamente ao Tribunal Regional Eleitoral estão em curso. O conselheiro pede aprovação dos editais que foram publicados, sendo esses do 2 ao 4, e uma alteração na Resolução, lembrando que o Edital 2 foi uma correção no Edital 1, o Edital 3 regulamenta o edital de conhecimento específico (Elaborado juntamente ao CEBRASPE), e o Edital 4, referenciado na primeira resolução, que aborda os documentos comprobatórios dos requisitos. E por fim, destaca o grande apoio da SEPLAG e da SEJUS; a presidente Adriana submete os Editais para aprovação. Encaminhamento: o pleno delibera pela aprovação dos editais de número 02, 03 e 04 do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. O conselheiro Jairo sugere que seja exibido o calendário do Processo de Escolha; o conselheiro Cleidison afirma que a Comissão está com um calendário bastante apertado, e em seguida demonstra explicando os prazos. Ato contínuo, o conselheiro faz a explicação do Projeto de Decreto de Lei 44 de 2019 que foi aprovado no dia 26 de junho de 2019, o qual "susta os efeitos do inciso XI do art. 32 da Resolução Normativa nº 87, de 1º de abril de 2019, que regulamenta o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal para o quadriênio 2020/2023, e susta também o subitem que trata da comprovação de experiência na área da criança e do adolescente de no mínimo três anos, constante na Tabela do item 1.1 do Edital nº4, de 18 de junho de 2019, que trata dos documentos comprobatórios da segunda fase, ambos editados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA, por exorbitarem do poder regulamentar e extrapolar os limites estabelecidos na Lei Distrital nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014". O